

SUMÁRIO

1.Introdução	03
2.Patrimônio	05
3.Atos administrativos e fatos contábeis (ou administrativos)	12
4.Contas	13
5.Escrituração	18
6.Princípios de contabilidade	30
7.Contabilização de fatos contábeis	35
8.Demonstrações financeiras (contábeis)	44
9.Balanco patrimonial	49
10.Demonstração do resultado do exercício	53
11.Patrimônio líquido.....	63
12.Ativo imobilizado.....	73
13.Ativo intangível	78
14.Ativo investimento	80



INTRODUÇÃO

1.1 – Conceito

A Contabilidade é um sistema de informação e avaliação que registra os eventos que alteram o patrimônio de uma entidade, destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza patrimonial, econômica e financeira.

A Contabilidade possui metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar situações que alteram o patrimônio de entidades. Há muito, já deixou de ser uma ferramenta para apenas atender às exigências do fisco, constituindo-se de uma ferramenta indispensável na tomada de decisões pelos seus usuários diversos.

Contabilidade é uma ciência social que tem por finalidade registrar, controlar e interpretar os eventos que alteram o PATRIMÔNIO de uma ENTIDADE, com o objetivo de FORNECER INFORMAÇÕES aos seus USUÁRIOS.

1.2 – Objeto da Contabilidade

O objeto da Contabilidade é o PATRIMÔNIO das entidades. Para a Contabilidade, patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade.

1.3 – Campo de Aplicação da Contabilidade

A Contabilidade é aplicada às ENTIDADES que possuem patrimônio. Essas entidades podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, de pequeno ou grande porte.

1.4 - Finalidade da Contabilidade

A Contabilidade tem como finalidade FORNECER INFORMAÇÕES aos seus usuários, por meio do registro, controle e interpretação dos eventos que alteram, qualitativa e quantitativamente, o patrimônio das entidades. As informações fornecidas pela Contabilidade permitem a realização de CONTROLE e PLANEJAMENTO.

O controle é o processo pelo qual a alta administração verifica se as diretrizes e políticas por ela definidas e ou pelos sócios da entidade estão sendo seguidas.

O planejamento é o processo pelo qual a alta administração e os sócios da entidade decidem quais ações serão tomadas para o futuro, considerando um segmento ou toda a empresa.

1.5 - Usuários da Contabilidade

As informações geradas pela Contabilidade podem ser objeto de análise de grande variedade de USUÁRIOS, internos ou externos às entidades, com interesses, conhecimentos e objetivos diversos. Os usuários podem apresentar interesses variados, razão pela qual as informações contábeis devem ser suficientes para a adequada avaliação da situação patrimonial e financeira, e das mudanças sofridas pelo patrimônio. Os principais usuários da Contabilidade são:

- . **Sócios ou proprietários (usuários internos)** – avaliam o desempenho da administração e a rentabilidade de seus investimentos;
- . **Investidores (usuários externos)** – avaliam os riscos e oportunidades de negócios;
- . **Fornecedores (usuários externos)** – avaliam as condições financeiras da empresa e, assim, podem decidir se irão fornecer mercadorias e serviços;
- . **Clientes (usuários externos)** – avaliam se os fornecedores poderão ser os parceiros ideais;
- . **Empregados (usuários internos)** – avaliam a continuidade da empresa, a capacidade de pagar salários, oportunidades e condições de negociar salários, se a participação nos lucros foi devidamente calculada etc.;
- . **Governo (usuário externo)** – importante usuário das informações contábeis, pois, principalmente, verifica se a empresa está em dia com suas obrigações tributárias;
- . **Instituições financeiras (usuários externos)** – avaliam se a entidade tem capacidade financeira patrimonial para realizar operações de crédito;
- . **Concorrentes (usuários externos)** – avaliam a capacidade financeira e de negócios de uma entidade concorrente;
- . **Administradores (usuários internos)** – são os que demandam por informações contábeis com maior frequência e profundidade. As informações contábeis subsidiam a tomada de decisões e permitem avaliar as atividades da entidade.

1.6 - Aplicação da Contabilidade

Portanto, são vários os usuários da Contabilidade, externos ou internos às entidades, com necessidades e objetivos diferentes ao analisarem as informações contábeis.

Um usuário pode necessitar de informações contábeis que permitam avaliar o desempenho da administração, outro pode necessitar de informações que permitam avaliar a regularidade fiscal e tributária da entidade, outro de informações que permitam avaliar os riscos de se emprestar ou aportar recursos em uma entidade.

Assim, tendo em vista que os usuários buscam informações diferentes, a Contabilidade pode ser dividida em ramos, considerando a natureza e finalidade das informações geradas.

De forma geral, a Contabilidade aplicada a todas as empresas é denominada Contabilidade Geral ou Contabilidade Financeira e baseia-se nos Princípios de Contabilidade e nas normas que regem a Contabilidade Societária. Com o objetivo de gerar informações mais específicas a determinados usuários, a Contabilidade pode ser segmentada em Contabilidade Gerencial (normalmente destinada aos usuários internos), Contabilidade Fiscal (o Governo é seu principal usuário) entre outras especializações.

2 – TÉCNICAS CONTÁBEIS

A Contabilidade estuda e controla o patrimônio das entidades por meio das TÉCNICAS CONTÁBEIS, que podem ser assim apresentadas:

2.1 – Escrituração

Os eventos que alteram o patrimônio das entidades e que, consequentemente, são captados, estudados e avaliados pela Contabilidade devem ser registrados. A escrituração é o registro desses eventos em livros (impressos ou eletrônicos) apropriados, revestidos de formalidades intrínsecas e extrínsecas que assegurem a confiabilidade e tempestividade dos fatos contábeis. Estudaremos mais detalhadamente a escrituração contábil em capítulo específico.

2.2 – Demonstrações financeiras (Demonstrações contábeis)

Conjunto de demonstrativos e quadros técnicos padronizados por normas contábeis, com informações extraídas dos livros e documentos que compõem o sistema contábil de uma entidade. As demonstrações financeiras têm como objetivo evidenciar a situação patrimonial e financeira de uma entidade. Também estudaremos mais detalhadamente as demonstrações financeiras em capítulo específico.

2.3 – Auditoria

Constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação das demonstrações financeiras, consoante os Princípios de Contabilidade e a legislação societária.

Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem um auditor a obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações financeiras.

2.4 – Análise das demonstrações financeiras (análise de balanço)

Consiste na aplicação e cálculo de índices e coeficientes nas informações consignadas nas demonstrações financeiras de uma entidade, com vistas a avaliar a sua situação econômica, financeira e patrimonial. A análise das demonstrações financeiras de uma entidade permite avaliar o seu prazo médio de recebimento, nível de endividamento, necessidade de capital de giro, liquidez etc.



PATRIMÔNIO

1 – DEFINIÇÃO

Conforme já visto anteriormente, patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma determinada entidade.

Os bens e direitos de uma entidade, que correspondem à parte “boa”, denominam-se ATIVO na Contabilidade. Já as obrigações (dívidas) de uma entidade, que correspondem à parte “ruim”, denominam-se PASSIVO na Contabilidade. A diferença entre o ATIVO e o PASSIVO de uma entidade denomina-se PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

Os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio de uma entidade são agrupados conforme sua natureza e finalidade e apresentados nas demonstrações contábeis em “contas” próprias. Assim, o nome de cada conta contábil é definido pela natureza e finalidade do elemento patrimonial a qual representa.

2 – ATIVO

Representa os direitos que a entidade possui junto a terceiros e os bens pertencentes a ela. O ativo também pode ser denominado PATRIMÔNIO BRUTO e corresponde às APLICAÇÕES DE RECURSOS de uma entidade.

Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de transações passadas ou eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade.

As entidades normalmente obtêm ativos comprando-os ou produzindo-os, mas outras transações ou eventos podem gerar ativos, por exemplo: um imóvel recebido do governo como parte de um programa para fomentar o crescimento econômico da região onde se localiza a entidade ou a descoberta de jazidas minerais. Transações ou eventos previstos para ocorrer no futuro não podem resultar, por si mesmos, no reconhecimento de ativos; por isso, por exemplo, a intenção de adquirir estoques não atende, por si só, à definição de um ativo.

2.1 – Bens

Contabilmente, tudo aquilo que é útil à entidade e pode ser representado monetariamente é denominado BEM. Os bens podem ser classificados de diversas formas. De acordo com sua natureza e finalidade, os bens podem ser assim classificados:

Quanto à natureza:

- **Bens tangíveis:** Bens corpóreos, que têm forma física, palpáveis. Exemplos: veículos, máquinas, edificações, mercadorias, dinheiro etc.;
- **Bens intangíveis:** Bens incorpóreos, que não têm forma física. Exemplos: marcas, patentes, softwares, direitos autorais etc.

Quanto à finalidade:

- **Bens numerários:** Bens que representam disponibilidades em dinheiro. Esses bens são registrados na conta Caixa.
- **Bens de venda:** ativos que pertencem à entidade e que há a intenção de sua venda. Normalmente, os bens de venda são aqueles registrados na conta Estoque, como matéria-prima, mercadorias, produtos em elaboração, produtos acabados.
- **Bens de uso:** Bens que pertencem à entidade, mas que não há intenção de venda. Esses bens têm como finalidade gerar benefícios para a empresa mediante o seu uso, mas não mediante sua venda. Exemplos: bens registrados no ativo imobilizado (máquinas, edificações, veículos, hardwares, imóveis, terrenos etc.) e no ativo intangível (marcas, patentes, softwares, direitos autorais etc.);
- **Bens de renda:** Bens que pertencem à entidade e que geram benefícios mediante sua valorização ou locação. Exemplos: participações societárias em outras empresas, imóveis para locação etc.

2.2 – Direitos

Contabilmente, direitos representam o poder de receber ou de compensar alguma coisa em benefício da própria entidade. Representam créditos da entidade junto a terceiros (governo, empregados, empresas etc.). Direitos representam recursos da entidade em posse de terceiros. Assim, se a entidade tem direito a receber algo, há um terceiro que tem a obrigação correspondente. Exemplos de contas contábeis do ativo que representam direitos:

- **Clientes ou Duplicatas a receber:** registra o direito de receber determinado valor por venda de ativos ou por prestação de serviços para recebimento a prazo;
- **Adiantamento de salários:** registra o direito de a entidade compensar o valor adiantado a empregado quando ocorrer o posterior pagamento do salário;
- **Tributos a recuperar:** registra o direito que a entidade possui de compensar o valor do tributo pago a maior ou pago antecipadamente.

Duplicata é um título de crédito emitido pelo credor em uma transação de compra e venda de mercadorias ou de prestação de serviços. A entidade vendedora ou prestadora do serviço emite uma duplicata para cobrança da mercadoria vendida ou do serviço prestado, a qual deverá ser aceita pelo comprador (devedor). Assim:

- . *Duplicata emitida = vendedor (direito, ativo);*
- . *Duplicata aceita = devedor (obrigação, passivo).*

Nota promissória é um título de crédito emitido pelo devedor em favor de determinada pessoa, com o objetivo de representar uma promessa de pagamento. Assim: . *Nota promissória emitida = devedor (obrigação, passivo);* . *Nota promissória aceita = credor (direito, ativo).*

O sacador da duplicata é o emitente, ou seja, o credor. O sacado da duplicata é o comprador, ou seja, o devedor.

Na nota promissória, o sacado é o emitente, ou seja, o devedor. Já o beneficiário é o credor.

3 – PASSIVO

Representa as obrigações (dívidas) da entidade para com terceiros. As contas do passivo representam recursos de terceiros em posse da entidade. O passivo também pode ser denominado PASSIVO EXIGÍVEL ou CAPITAL DE TERCEIROS e corresponde às ORIGENS DE RECURSOS de uma entidade.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos. Uma característica essencial para a existência de um passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente.

Assim, por exemplo, a aquisição a prazo de mercadorias ou de serviços resulta em contas a pagar, e a obtenção de um empréstimo resulta na obrigação de liquidá-lo. São exemplos de contas do passivo:

- Fornecedores ou Duplicatas a pagar: registra a obrigação da entidade de pagar determinado valor por compras ou contratação de serviços a prazo;
- Empréstimos e financiamentos obtidos;
- Provisões passivas – 13º salário, de férias, de contingências etc.;
- Notas promissórias a pagar (ou emitidas)
- Tributos a recolher (ou a pagar); Salários a pagar.

4 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme dito anteriormente, PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL) é a diferença entre o ATIVO e o PASSIVO de uma entidade, ou seja, é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. O patrimônio líquido pode também ser denominado RIQUEZA LÍQUIDA, CAPITAL PRÓPRIO, PASSIVO NÃO EXIGÍVEL, SITUAÇÃO LÍQUIDA. Também corresponde, juntamente com o passivo, às ORIGENS DE RECURSOS.

No patrimônio líquido são registrados os recursos aportados pelos sócios, o resultado do exercício (lucro ou prejuízo), as reservas resultantes de apropriações de lucros (Reservas de lucros) e as reservas para manutenção do capital (Reservas de capital). As contas que compõem o patrimônio líquido serão apresentadas de forma detalhada em capítulo específico.

5 – RECEITAS E DESPESAS

As receitas e as despesas são conhecidas como variações patrimoniais e não são contas patrimoniais, ou seja, não são contas do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.

Quando somadas as receitas e despesas de uma entidade, chega-se ao resultado em determinado período. Se as receitas foram superiores às despesas, a entidade apurou LUCRO LÍQUIDO. Se as despesas foram superiores às receitas, a entidade apurou PREJUÍZO. Esse resultado, lucro líquido ou prejuízo, é registrado no patrimônio líquido. Daí, conclui-se que receitas têm efeito positivo no PL, e as despesas têm efeito negativo no PL.

⇒ RECEITAS:

Correspondem às variações patrimoniais que aumentam o patrimônio líquido de uma entidade em determinado período, seja por um evento que provocou um aumento do ativo sem o correspondente aumento do passivo, seja pelo evento que provocou uma redução do passivo sem o correspondente decréscimo do ativo. São exemplos de receita: rendimentos de aplicações financeiras, pagamento de uma dívida com desconto, recebimento de um direito com juros, recebimento de uma doação etc.

○ Pronunciamento Conceitual Básico CPC Estrutura para a Preparação e a Apresentação das Demonstrações Contábeis define assim as receitas: “são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários da entidade”.

⇒ DESPESAS:

Correspondem às variações patrimoniais que reduzem o patrimônio líquido de uma entidade em determinado período, seja por um evento que provocou uma redução do ativo sem a correspondente diminuição do passivo, seja pelo evento que provocou um aumento do passivo sem o correspondente incremento do ativo. São exemplos de despesa: baixa de um ativo por perda ou perecimento, pagamento de uma dívida com juros, recebimento de um direito com desconto, registro de uma dívida sem registro de um ativo correspondente etc.

○ Pronunciamento Conceitual Básico CPC Estrutura para a Preparação e a Apresentação das Demonstrações Contábeis define assim as despesas: “são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incrementos em passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de distribuição aos proprietários da entidade”.

Origens e Aplicações de Recursos:

Uma entidade pode obter recursos de terceiros (aumento do passivo), dos sócios (aumento do patrimônio líquido) ou de suas atividades (venda (redução) de ativos ou por meio de receitas). Esses recursos são aplicados na aquisição de novos ativos (aumento do ativo), no pagamento de dívidas junto a terceiros (redução de passivo), no pagamento de despesas ou destinados aos sócios (redução do patrimônio líquido).

ATIVO Aumento de ativo = aplicação de recursos Redução de ativo = origem de recursos	PASSIVO Aumento de passivo = origem de recursos Redução de passivo = aplicação de recursos
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL) Aumento do PL = origem de recursos Redução do PL = aplicação de recursos

6 – EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DO PATRIMÔNIO

A principal representação do patrimônio de uma entidade pela Contabilidade é o **BALANÇO PATRIMONIAL**. O balanço patrimonial, que será apresentado mais detalhadamente em capítulo específico, apresenta, qualitativa e quantitativamente, os bens, direitos e obrigações de uma entidade em determinada data.

O balanço patrimonial é um quadro no qual o ativo de uma entidade é apresentado do lado esquerdo e o passivo e patrimônio líquido são apresentados do lado direito, conforme demonstrado a seguir:

ATIVO \$100.000	PASSIVO
	\$70.000
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO \$30.000

Os valores apresentados no ativo, passivo e patrimônio líquido têm como finalidade demonstrar o obrigatório equilíbrio (balanço) dessa representação do patrimônio, onde o patrimônio líquido sempre terá o valor da diferença entre o valor do ativo e o valor do passivo. Assim, partindo desse pressuposto de equilíbrio, chegamos à seguinte equação fundamental do patrimônio:

$$\text{ATIVO} = \text{PASSIVO} + \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}$$

7 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS ESTADOS PATRIMONIAIS

Partindo-se do pressuposto do equilíbrio patrimonial (balanço patrimonial), é possível uma entidade apresentar cinco configurações patrimoniais, que podem ser agrupadas em três estados patrimoniais, a seguir demonstrados:

1º estado patrimonial - Situação positiva: Ativo > Passivo

Configuração 1: Passivo > 0

Ativo	Passivo
	PL

Configuração 2: Passivo = 0 (zero)

Ativo	PL
--------------	-----------

As configurações patrimoniais nº 1 e 2 demonstram uma entidade com excesso de bens e direitos (ativo) em relação às suas obrigações (passivo exigível), representando um estado FAVORÁVEL, SUPERVITÁRIO, ATIVO ou POSITIVO.

Na configuração patrimonial nº 1, os ativos da entidade são suficientes para quitar suas obrigações, restando ainda recursos para os sócios. Já na configuração patrimonial nº 2, os sócios detêm integralmente os ativos da entidade.

2º estado patrimonial - Situação nula: Ativo = Passivo

Configuração 3: Patrimônio líquido = 0 (zero)

Ativo	Passivo
--------------	----------------

A configuração patrimonial nº 3 demonstra uma entidade cujo valor total dos bens e direitos (ativo) é igual ao valor total de suas obrigações (passivo exigível), representando um estado COMPENSADO ou NULO, no qual o valor do PL é zero.

Nesse estado patrimonial, os ativos da entidade são suficientes apenas para quitar suas obrigações, não restando recursos para os sócios.

3º estado patrimonial - Situação negativa: Ativo < Passivo

Configuração 4: Ativo > 0 (zero)

Ativo	Passivo
	PL (-)

Configuração 5: Ativo = 0 (zero)

Ativo (0)	Passivo
	PL (-)

Nesse estado patrimonial, a entidade possui obrigações (passivo exigível) em montante superior ao valor total dos bens e direitos (ativo), representando um estado DEFICITÁRIO, NEGATIVO, DESFAVORÁVEL ou PASSIVO.

Em ambas as situações, nas quais o valor do passivo é maior que o valor do ativo, o PL SEMPRE APRESENTARÁ VALOR NEGATIVO. Esse estado patrimonial também é denominado PASSIVO A DESCOBERTO. Nesse estado patrimonial, os ativos da entidade (se existentes) são insuficientes para quitar suas obrigações.

Conforme as normas contábeis vigentes, nos estados patrimoniais onde há passivo a descoberto, o patrimônio líquido deverá ser apresentado com sinal negativo abaixo do passivo exigível.

8 – O TERMO “CAPITAL” NA CONTABILIDADE

De forma geral, o termo “capital” na Contabilidade significa recursos, mas pode ser apresentado em vários tipos.

8.1 – Capital social

Representa o valor do capital definido pelos sócios (quotistas ou acionistas) no Contrato Social ou no Estatuto Social (para sociedades anônimas). Nas sociedades anônimas, o Capital social é dividido em ações, e nas entidades constituídas sobre outro formato jurídico é dividido em quotas (ou cotas).

O Capital social registra os recursos aportados (investidos) pelos sócios, como também os ganhos obtidos pela entidade e que, por decisão dos proprietários, foram incorporadas ao Capital social.

8.2 – Capital subscrito

Corresponde ao capital prometido pelos sócios no Contrato Social ou no Estatuto Social.

8.3 – Capital a integralizar (ou Capital a realizar)

Corresponde à parcela do Capital social não transferida (integralizada) pelo sócio subscritor, ou seja, a parcela do capital subscrita, mas ainda não integralizada pelo sócio.

8.4 – Capital autorizado

Corresponde ao limite estabelecido no Estatuto Social, em valor ou em número de ações, pelo qual a empresa está autorizada a aumentar o seu Capital social, sem a prévia reforma de seu estatuto, concedendo maior flexibilidade à empresa.

O valor do Capital autorizado é informação importante aos usuários das informações contábeis e deve ser divulgado nas Demonstrações financeiras (em nota explicativa, ou no Balanço patrimonial, ou no topo das Demonstrações). A empresa pode controlar essa conta contabilmente.

8.5 – Capital integralizado (ou Capital realizado)

Corresponde ao valor do Capital social prometido (subscrito) pelos sócios e que já foi efetivamente transferido (integralizado) pelos sócios. O valor do Capital integralizado é a diferença entre o saldo da conta Capital subscrito e o saldo da conta Capital a integralizar.

8.6 – Capital nominal

Corresponde ao montante de capital integralizado pelos sócios. O mesmo que Capital social.

8.7 – Capital próprio

Corresponde aos recursos aportados pelos sócios na entidade e os recursos decorrentes das operações da empresa não distribuídos aos seus proprietários. Também denominado Patrimônio líquido.

8.8 – Capital de terceiros

Representa recursos originários de terceiros (fornecedores, bancos, governo, empregados etc.) utilizados para a aquisição de ativos de propriedade da entidade. Corresponde ao passivo exigível.

8.9 – Capital circulante líquido (CCL)

Corresponde à diferença entre o saldo ativo circulante (AC) (direitos e bens com expectativa de realização no curto prazo) e o saldo do passivo circulante (PC) (obrigações com expectativa de pagamento no curto prazo) => $CCL = AC - PC$.

8.10 – Capital de giro

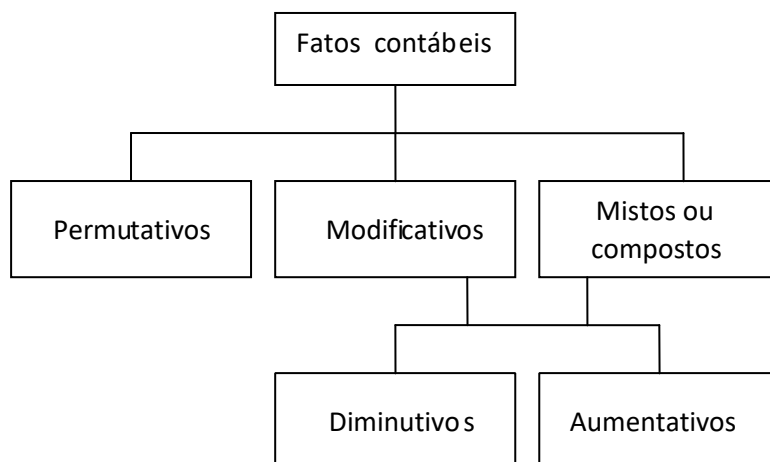
São recursos necessários para a empresa fazer seus negócios acontecerem (girar), para financiar os eventos que fazem parte de sua atividade principal (compra de mercadorias, pagamento de salários, pagamento de tributos etc.). Corresponde ao ativo circulante da empresa.



ATOS ADMINISTRATIVOS E FATOS CONTÁBEIS (OU FATOS ADMINISTRATIVOS)

Antes de estudar o método das partidas dobradas, temos de entender a diferença entre atos administrativos e fatos contábeis (ou fatos administrativos):

- Atos administrativos: são os eventos que não ocasionam alteração de patrimônio (bens, direitos e obrigações) das entidades. Exemplos: reunião de acionistas, mudança de horário de trabalho dos funcionários;
- Fatos contábeis: são os eventos que provocam alteração do patrimônio das entidades. Exemplos: pagamento de salários, obtenção de empréstimo bancário, integralização de capital, compra de mercadorias.



Os fatos contábeis são classificados da seguinte forma:

- **Permutativos:** são os fatos contábeis que não provocam alteração do valor total do patrimônio líquido das entidades. Exemplos: aplicação financeira (-A +A), compra de mercadoria a prazo (+A +P), aumento de capital social com utilização de reserva de capital ou de lucro (-PL +PL);
- **Modificativos:** são os fatos contábeis que provocam alteração do valor total do patrimônio líquido das entidades. Exemplos: apropriação (registro) de rendimentos de aplicação financeira (+A +PL), registro de provisão para processos judiciais a pagar (+P -PL);
- **Mistos ou compostos:** são os fatos contábeis que provocam alterações de contas do ativo e/ou do passivo, mas que provocam também mudança no valor total do patrimônio líquido das entidades. São fatos que são ao mesmo tempo permutativos e modificativos. Exemplos: venda de mercadorias com lucro (-A +A +PL), pagamento de duplicatas a pagar com juros (-A -P -PL), recebimento de duplicatas a receber com juros (-A +A +PL).

Os fatos contábeis modificativos e mistos podem ser classificados também como diminutivos ou aumentativos. Os aumentativos são aqueles que provocam aumento do valor total do patrimônio líquido (geram receita ou redução de despesa), e os diminutivos são aqueles que provocam redução do valor total do patrimônio líquido (geram despesa ou redução de receita).



CONTAS

1 – CONCEITO DE CONTA

Os elementos patrimoniais (bens, direitos, obrigações, receitas e despesas) de uma entidade são representados por meio de CONTAS. Contas são nomes técnicos dados a elementos patrimoniais, os quais são determinados com base na natureza desses elementos. O nome de uma conta é aquele que melhor representa a natureza de um elemento, de forma a permitir que o usuário da informação contábil entenda o que a conta representa.

Assim, por exemplo, se uma empresa concede um empréstimo a um de seus diretores, o direito que a empresa tem de ser reembolsada pelo diretor pode ser representado por uma conta no ativo com o nome “Empréstimo à diretoria”. Todos os fatos contábeis promovidos por uma entidade, tais como vendas, compras, obtenção de empréstimo, pagamento de salários, são registrados em suas respectivas contas.

2 – PLANO DE CONTAS

2.1 - Conceito

Imaginem, por exemplo, a gigantesca quantidade de transações que ocorrem diariamente e alteram o patrimônio de empresas como o Banco do Brasil, Usiminas, Vale. Cada transação (obtenção de empréstimo, saque de recursos, pagamento de despesas, depósitos bancários etc.) que altera o patrimônio deve ser registrada em conta específica, que melhor representa o evento.

Toda empresa possui uma relação de contas já predeterminada, customizada, de acordo com as características e natureza de seu negócio. Essa relação de contas é denominada

PLANO DE CONTAS.

Quando de sua elaboração, o Plano de Contas deve contemplar os seguintes três objetivos:

- a) atender às necessidades dos usuários internos (administradores) das informações contábeis da empresa;
- b) atender aos Princípios de Contabilidade e à legislação a qual a entidade deve obedecer (Lei nº 6.404/76, Normas Brasileiras de Contabilidade);
- c) ser compatível com as normas expedidas por órgãos regulares específicos (Bacen, ANEEL etc.), caso aplicável.

Resumindo:

PLANO DE CONTAS é uma relação padronizada, ordenada, codificada, customizada de contas, previamente estabelecido, que norteia o registro dos fatos contábeis de determinada entidade, além de servir de parâmetro para a elaboração das demonstrações financeiras.

2.2 – Exemplo de Plano de Contas

1	ATIVO
1.1	ATIVO CIRCULANTE
1.1.1	Caixa
1.1.1.01	Caixa Geral
1.1.2	Bancos C/Movimento
1.1.2.01	Banco Alfa
1.1.3	Contas a receber
1.1.3.01	Clientes
1.1.3.02	Outras Contas a Receber
1.1.4	Estoques
1.1.4.01	Mercadorias
1.1.4.02	Produtos Acabados
1.1.4.03	Insumos
1.1.4.04	Outros
1.2	NÃO CIRCULANTE
1.2.1	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
1.2.1.01	Clientes
1.2.1.02	Outras Contas
1.2.2	INVESTIMENTOS
1.2.2.01	Participações Societárias
1.2.3	IMOBILIZADO
1.2.3.01	Terrenos
1.2.3.02	Construções e Benfeitorias
1.2.3.03	Máquinas e Ferramentas
1.2.3.04	Veículos
1.2.3.05	Móveis

1.2.3.98 (-) Depreciação Acumulada

1.2.4 INTANGÍVEL

1.2.4.01 Marcas

1.2.4.02 Softwares

1.2.4.99 (-) Amortização Acumulada

2 PASSIVO

2.1 CIRCULANTE

2.1.1 Impostos e Contribuições a Recolher

2.1.1.01 Simples a Recolher

2.1.1.02 INSS

2.1.1.03 FGTS

2.1.2 Contas a Pagar

2.1.2.01 Fornecedores

2.1.2.02 Outras Contas

2.1.3 Empréstimos Bancários

2.1.3.01 Banco A - Operação X

2.2 NÃO CIRCULANTE

2.2.1 Empréstimos Bancários

2.2.1.01 Banco A - Operação X

2.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2.3.1 Capital Social

2.3.2.01 Capital Social Subscrito

2.3.2.02 Capital Social a Realizar

2.3.2 Reservas

2.3.2.01 Reservas de Capital

2.3.2.02 Reservas de Lucros

2.3.3 Prejuízos Acumulados

2.3.3.01 Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores

2.3.3.02 Prejuízos do Exercício Atual

3 CUSTOS E DESPESAS

3.1 Custos dos Produtos Vendidos

3.1.1 Custos dos Materiais

3.1.1.01 Custos dos Materiais Aplicados

3.1.2 Custos da Mão-de-Obra

3.1.2.01 Salários

3.1.2.02 Encargos Sociais

3.2 Custo das Mercadorias Vendidas

3.2.1 Custo das Mercadorias

3.2.1.01 Custo das Mercadorias Vendidas

- 3.3 Custo dos Serviços Prestados
 - 3.3.1 Custo dos Serviços
 - 3.3.1.01 Materiais Aplicados
 - 3.3.1.02 Mão-de-Obra
 - 3.3.1.03 Encargos Sociais
 - 3.4 Despesas Operacionais
 - 3.4.1 Despesas Gerais
 - 3.4.1.01 Mão-de-Obra
 - 3.4.1.02 Encargos Sociais
 - 3.4.1.03 Aluguéis
 - 3.5 Perdas de Capital
 - 3.5.1 Baixa de Bens do Ativo Não Circulante
 - 3.5.1.01 Custos de Alienação de Investimentos
 - 3.5.1.02 Custos de Alienação do Imobilizado
- 4 RECEITAS
- 4.1 Receita Líquida
 - 4.1.1 Receita Bruta de Vendas
 - 4.1.1.01 De Mercadorias
 - 4.1.1.02 De Produtos
 - 4.1.1.03 De Serviços Prestados
 - 4.1.2 Deduções da Receita Bruta
 - 4.1.2.01 Devoluções
 - 4.1.2.02 Serviços Cancelados
 - 4.2 Outras Receitas
 - 4.2.1 Vendas de Ativos Não Circulantes
 - 4.2.1.01 Receitas de Alienação de Investimentos
 - 4.2.1.02 Receitas de Alienação do Imobilizado

3 – TEORIA DAS CONTAS

Alguns estudiosos da Contabilidade criaram teorias para classificar e explicar a diferença entre as naturezas das contas contábeis. Das três principais teorias, destaca-se a Teoria Patrimonialista.

3.1- Teoria Patrimonialista

Essa teoria também é conhecida como Teoria Moderna da Contabilidade, sendo a mais utilizada no Brasil. Essa teoria considera o patrimônio como objeto da contabilidade, e classifica as contas da seguinte forma:

- a) **Contas patrimoniais:** São as contas representativas dos bens, dos direitos, das obrigações e do patrimônio líquido da entidade;
- b) **Contas de resultado:** São as contas que representam as receitas e as despesas da entidade.